

“Eu vou tirar você desse lugar”: sociabilidade e remoção das prostitutas da Zona do Mangue entre as décadas de 1960-1970.

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo analisar os últimos anos de prostituição na Zona do Mangue, ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970, perscrutando a dinâmica da sociabilidade exercida dentro do baixo meretrício, a partir dos atores sociais que constituíam esse cenário muitas vezes composto de tramas noticiadas em páginas policiais. E, ainda, analisar o perfil dos indivíduos que compunham esse espaço, compreendendo suas ações e seus costumes nessa comunidade.

Sendo assim, esperamos contribuir para o preenchimento de uma lacuna devido à escassez de trabalhos historiográficos que contemplem a prostituição feminina no Rio de Janeiro contemporâneo, uma vez que os recortes temporais da maioria das obras analisadas se concentram entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Multidisciplinar
Curso de Licenciatura em História.

Claudielle Pavão da Silva

“EU VOU TIRAR VOCÊ DESSE LUGAR”: SOCIABILIDADE E REMOÇÃO
DAS PROSTITUTAS DA ZONA DO MANGUE NAS DÉCADAS DE 1960-
1970.

Nova Iguaçu
2012

Claudielle Pavão da Silva

“Eu vou tirar você desse lugar”: sociabilidade e remoção das prostitutas da Zona do Manguê entre as décadas de 1960-1970.

Monografia apresentada ao Curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Nascimento.

Nova Iguaçu
2012

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Nascimento (Orientador).
Instituto Multidisciplinar – DHE – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof.^a Dr.^a Fabiane Popininigs
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Prof.^a Dr.^a Giovana Xavier
Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

“Entrar é fácil, difícil é sair!”. Essas foram as palavras do meu pai enquanto eu sofria em frente ao computador aguardando a lista de aprovados para a UFRRJ. Essa frase nunca fez tanto sentido para mim como nesse momento. Quando eu fecho os olhos, lembro do dia em que fui até a rodoviária de Nilópolis e peguei o ônibus para Seropédica, no dia de matrícula para o curso de Licenciatura em História. O caminho era longo, mais de uma hora de viagem. Foi a primeira vez que conheci a Rural. Achei tudo incrível e, ao final da matrícula, meu pai foi me buscar e me levou para jantar. Foi um dia especial.

E olha que eu nem queria prestar vestibular para a Rural! Entrar para a universidade me fez outra pessoa. Acho que nem consigo mais me ver naquela jovencinha de 19 anos cruzando os portões da Escola Municipal Monteiro Lobato, que costumava ir depois das aulas de Sardinha. E lá, às segundas, o churrasco era por conta da casa. Lembro das ligações da minha mãe preocupada com a hora, dos colegas que insistiam com as “saideiras” nos bares, do namorado da faculdade, da galera da república, do papo no pátio, da sueca na madrugada, das conversas pseudo-intelectuais, as choppadas... Ah, as choppadas! Era o céu e o inferno participar da organização das festas, mas no final tudo acabava bem. Ou quase. Lembro das festas na República do Almino e da bagunça! As reuniões do Centro Acadêmico, a implicância com os professores, o dinheiro para a xerox (e a falta dele), o sanduíche natural do tio.

Lembro-me também da luta pelo Campus, das visitas às obras, da foto no jornal, da passeata na Via Light. O apitão! E do dia que entrei no novo campus, da reclamação de andar do Top Shopping até o IM, da beleza que era ter um campus só nosso, do bar do Dentinho, da presença dos motoristas e cobradores de ônibus, do x-tudo do Alexandre, do salgado da tia. Do bandeirão, dos bancos e do jardim do IM.

Eu me lembro de tudo. E guardo comigo cada instante que fui feliz nessa universidade. Entrei uma menina e saí uma mulher, cheia de vida e sede de conhecimento. Isso eu devo a cada experiência que vivi, a cada pessoa que conheci. E na Rural eu conheci muita gente! Isso vai deixar saudades.

Mas como toda trajetória tem a ajuda, a minha é recheada de pessoas incríveis. Agradeço primeiro à Deus, por olhar cada passo meu e não me deixar desviar dos planos que um dia fiz. Agradeço imensamente à minha família. Foi em casa que aprendi a gostar de

livros, recebendo-os como presente do meu pai. Foi em casa que aprendi a amar o próximo, observando o desprendimento da minha mãe com o amor que sente pelos filhos. Foi em casa que aprendi a respeitar o diferente, observando a luta do meu irmão. Ver meus pais trabalharem sempre foi o grande exemplo de força e garra que levarei por toda minha vida. Sem vocês, eu nada seria.

Agradeço ao Vinícius dos Santos Fernandes que fez de mim luz, pão e sombra. Ele me ensinou o amor sincero e companheiro, encheu a minha vida de cores e pintou meus pensamentos de vermelho. Até o último minuto colaborou para que eu conseguisse desenvolver este trabalho, um amigo e amante fiel que me aguentou até quando o choro parecia por nada. É com um grande carinho e lágrimas nos olhos que agradeço o seu empenho em ajudar nesse momento de intenso aprendizado.

Agradeço a todo o corpo docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Multidisciplinar. Principalmente ao professor Marcelo Basile, por quem tenho uma enorme admiração. Agradeço também ao setor administrativo, aos seguranças, aos comerciantes informais, aos serventes e trabalhadores do Restaurante Universitário.

Agradeço também ao homem que me ajudou em tudo que precisei para realizar esse trabalho, confiou em minha capacidade, encorajou meu coração medroso e me mostrou um mundo de histórias interessantes que pretendo levar por toda vida. Ele é o cara! Meu muito obrigado ao orientador Álvaro Nascimento, sempre solícito e simpático apesar das orientações fora de horário e das dúvidas tão simplistas para alguém que sabe tanto.

Meu agradecimento aos meus grandes amigos que estiveram sempre juntos a mim nessa longa trajetória, Ju Drumond, Marc Black, Cagalho, Cabelo, Vanessa, Alamino, Stephanie Vassou, Yuri, Allofs e seus e-mails. À vocês dedico todas as farras e madrugadas com cerveja barata, música boa e papo sem noção.

E também aos amigos que dividiram os últimos momentos, cheios de adrenalina, para a entrega dos trabalhos: Adriano e Malú. Vocês me ajudaram muito ouvindo as dúvidas, vendo as lágrimas, emprestando os livros, compartilhando histórias.

Gostaria de aproveitar esse momento e mandar um alô para toda a galera do curso de História que conversei, brinquei, dividi texto de prova, fiz seminário, paguei uma cerveja. À todos, meu muito obrigada.

Sumário

Introdução.....	p. 8
Capítulo I: A formação do Mangue.....	p. 14
Capítulo II: Habitúes do Mangue.....	p. 20
Capítulo III: A remoção no Mangue.....	p. 30
Conclusão.....	p. 37
Bibliografia.....	p. 40

Introdução

Os anos 1960 e 1970 foram duas décadas históricas e efervescentes. A começar pelas transformações políticas, os fatos e seus desdobramentos deram muito “pano pra manga” para as análises historiográficas. O contexto internacional era de Guerra Fria, no qual capitalistas e socialistas empurravam goela abaixo as maravilhas de seus sistemas, seus avanços tecnológicos e sua política libertadora – Uma para o capital, a outra para os trabalhadores. A divisão do mundo a partir da hegemonia dos principais Estados, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Estados Unidos da América, implicaram nos processos históricos de diversos países, muitos deles da América Latina¹.

A chegada da revolução comunista em Cuba gerou uma grande tensão na América. Era necessário firmar o capitalismo e conter o avanço comunista na América Latina. O temor ao comunismo possibilitou que os Estados Unidos interferissem nos governos latinos através da Doutrina Nacional de Segurança, teorizada pela Escola Superior de Guerra que “forneceu o conteúdo doutrinário e ideológico para a conquista e manutenção do poder em 1964”² para a tomada do poder pelos militares no Brasil. Os outros países latinos também tiveram governos militares através do golpe no período.

Esse mesmo cenário foi palco para a movimentação de diversos grupos sociais que se organizaram e saíram às ruas para reivindicar direitos. Martin Luther King, Malcom X e o partido das Panteras Negras lideraram movimentos em busca de direitos civis para a população negra estadunidense. Seus discursos, atos, música e modo de vestir se estenderam por todo o mundo, ganhando o apoio dos negros e daqueles que concordavam com direitos iguais, independente da cor³.

Em maio de 1968, uma onda de protestos tomou as ruas francesas. Eram os estudantes reivindicando reformas educacionais, mesmo sob a violenta repressão policial. A ação da polícia e a insistência dos estudantes em continuar nas ruas para protestar ampliou o movimento, recebendo o apoio dos operários e do Partido Comunista Francês.

¹ HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991. 2ªed. 32ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

² BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil Republicano v.4. p. 17

³FERNANDES, Florestan. Consciência negra e transformação da realidade. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação, 1994. 16 p.

O livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, refletiu a movimentação feminista dos anos 1960-1970. Nesse período de questionamentos morais, culturais e de valores as mulheres se organizaram, na Europa e nos Estados Unidos, por igualdade. É na década de 1970 que as mulheres tornam-se mais presentes no meio acadêmico, inserindo estudos sobre a condição da mulher e a importância de serem analisadas dentro do contexto histórico como atores sociais agentes da história. No entanto, os trabalhos sobre a história da mulher tinham forte influência militante, o que demonstra o contexto no qual a mulher foi inserida como objeto de pesquisa no meio acadêmico⁴.

A cultura também se transformou, na música, no cinema, nas artes plásticas e no teatro. A música jovem passou a ter um maior espaço nas rádios, com os Beatles em todo o mundo e Roberto Carlos e a Jovem Guarda no Brasil. Era a vez do rock'nroll e das letras que falavam do universo jovem, com suas gírias. No Brasil, que aos poucos foi se abrindo para os músicos mais novos introduzirem na música o seu estilo. A música brasileira também teve a ousadia da Tropicália, que se colocou contra o regime vigente, assim como a Música Popular Brasileira que teve inúmeras músicas censuradas. Os cantores bregas, que arrastavam multidões, também fizeram inúmeras referências à liberdade sexual, a liberdade civil com críticas ao Estado⁵. Mas suas músicas, entedidas como populares, não eram vistas como ameaça. O cinema também contribuiu com críticas aos governos latinos e a situação da população mais pobre. O novo, em 1965, expressou a necessidade de se fazer cinema terceiro-mundista com a *Eztetyka da fome*⁶.

Todas essas transformações fazem parte do contexto em que a decadência da Zona do Mangue esteve inserida. O mangue era uma zona de baixo meretrício carioca, que ficava na região da Cidade Nova. A área era formada por bares, hotéis, sobrados e prédios que tinham relação com a prostituição. As casas de meretrício eram consideradas casas de tolerância, pois nessa região a presença de meretrizes era aceita. Apesar da livre circulação das mulheres pelas ruas do Mangue, a polícia fazia rondas na região para inibir a presença de criminosos e conter brigas e confusões.

Foram anos de mudanças profundas na sociedade, da interferência direta do avanço

⁴SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

⁵ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro não*. 7ªed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 462p.

⁶RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. O Brasil Republicano v.4. p. 143.

tecnológico na vida dos indivíduos e a necessidade de reivindicar liberdade e igualdade de direitos. Os protestos e as manifestações artísticas sinalizaram a sede popular por expressar suas vontades, necessidade e sem as amarras. Em meio a tanta turbulência, o Mangue também fez sua luta. Resistiu a cada prédio demolido e a cada despejo de suas mulheres que eram tiradas e humilhadas pelo seu trabalho, visto como incompatível ao progresso.

Grande parte da historiografia nacional que contempla a prostituição no Rio de Janeiro como objeto analisou as décadas que perpassam o final do século XIX ao início do século XX. Lená Menezes⁷, ainda no início da década de 1990 investigou a participação de estrangeiros na rede de prostituição do Rio de Janeiro e a forma com a qual contribuíram para a modernização da capital republicana entre os anos de 1890 e 1930, a partir do uso de processos criminais movidos contra cáftens para deportação. Nessas fontes, muitas prostitutas aparecem como testemunhas, possibilitando a historiadora traçar um perfil dessas mulheres.

Outro autor que conduziu sua pesquisa a partir da prostituição foi Luís Carlos Soares⁸, apresentando as teses médicas do final do século XIX e início do XX que sustentaram argumentos de juristas, médicos e policiais que tinham como objetivo resolver o “problema” da prostituição, discutida se era ou não um “mal necessário”. Entretanto, esses trabalhos citados conduzem a pesquisa a partir de temáticas que circunscrevem a prostituição mais focam em problemas que a tangem, sem focar na questão dos gêneros e da condição feminina.

Margareth Rago⁹ em seus estudos sobre a prostituição de São Paulo colabora para a compreensão do meio da prostituição a partir de análises sobre a sexualidade feminina e a sua representação para entre os anos de 1890 e 1930. Mesmo que seja em um recorte temporal e espacial diferente, é importante para que pensemos na condição da mulher meretriz e as relações construídas a partir da moralidade vigente do período.

Ainda sobre prostituição, é indispensável examinar o trabalho de Cristiana Schettini que analisa a prostituição no Rio de Janeiro da Belle Époque, na perspectiva de História Social, em que a prostituta pobre e não representada na literatura cria redes de sociabilidade para resistir as mudanças em que são submetidas pelas autoridades policiais e à violência do controle policial. A historiadora não restringirá seu trabalho à mulher, reconhecendo assim

⁷MENEZES, Lená Medeiros. Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁸ SOARES, Luis Carlos. Rameiras, Ilhoas e Polacas... A Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX, São Paulo, Ática, 1992.

⁹RAGO, Margareth, Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

que as relações feitas por essas mulheres de baixo meretrício envolve outros atores sociais, muitas vezes homens que lhes concede elementos para transitar por diversos meios e manter-se na prostituição, apesar da repressão a qual estão submetidas. A historiadora Sueann Caulfield¹⁰ fez um artigo que trata especificamente do Mangue, a partir de sua formação na década de 1850 até 1942, período do Estado Novo. O trabalho contribui bastante para entender a formação do baixo meretrício e o perfil das mulheres que trabalhavam como prostitutas – além de sinalizar as relações entre a polícia, o Estado e a prostituição no que diz respeito a leis para a repressão da meretriz e de proxenetas.

Outro trabalho que trata do Mangue e se aproxima do recorte temporal do objeto deste projeto é feito por Juçara Leite¹¹. A historiadora tem por tema a república do Mangue entre os anos de 1954 e 1974, quando as próprias meretrizes ficaram responsabilizadas pelo gerenciamento das casas de prostituição do Mangue para que não existisse mais a prática da exploração do sexo por cáftens e cafetinas. A polícia determinara a expulsão e prisão dos donos das casas de prostituição e a administração desses locais ficaria a cargo de uma prostituta eleita – que durante seu “mandato” não exerceria a prostituição e receberia o dinheiro para pagar as contas do estabelecimento. Sendo assim, esse trabalho foi baseado nas fichas de inscrição de prostitutas na delegacia responsável pelo Mangue, a 6ª DP, permitindo uma análise do perfil das mulheres que se prostituíam no Mangue e os motivos para que entrassem na prostituição. Armando Pereira¹² também analisará o perfil das prostitutas, no entanto, é importante ressaltar que seu trabalho sobre prostituição é fruto da experiência enquanto delegado da 6ªDP no Rio de Janeiro, o que traz não só contribuição enquanto análise da prostituição mas também como fonte – já que podemos entender a prostituição através de um policial que viveu no Mangue e produziu um livro sobre o local e as atividades que estão ligadas ao meretrício.

Uma vez que nem todas as lacunas puderam ser preenchidas a partir de trabalhos historiográficos, se faz necessário ressaltar a contribuição de outras disciplinas para compreender melhor o universo da prostituição carioca em períodos mais recentes. Senda

¹⁰ CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, p. 43-63.

¹¹ LEITE, Juçara Luzia. República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974). São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005. 138p.

¹²PEREIRA, Armando. Prostituição: uma visão global. Rio de Janeiro: Pallas, 1976. 180p.

assim, devemos destacar os trabalhos de Soraya Simões¹³ e Maria Aparecida¹⁴ que impulsionaram questionamentos sobre o Mangue a partir de um olhar próximo ao presente, que investigava a Vila Mimosa – formada por mulheres do Mangue após o seu fim em 1979. A primeira, antropóloga e a segunda, socióloga, a partir de seus métodos de análise com o uso de entrevistas que forneceram diversas informações sobre o passado da Vila Mimosa através do olhar daqueles que viveram o Mangue, abrindo os caminhos necessários para a condução da temática do projeto que vos apresento.

Há também a historiografia que permitiu uma percepção dos discursos morais sobre o papel da mulher, sua sexualidade e o meretrício, e frisaremos o trabalho de Martha de Abreu que a partir de processos criminais revelou os comportamentos sexuais e a violência que recaiu sobre mulheres que se colocaram contra os padrões vigentes que já sofriam algumas mudanças no período da Belle Époque. Sueann Caulfield também tratará da questão moral, analisando os conflitos sexuais em torno da honra sexual e sua relação com a ideia de modernização do Estado brasileiro – a honra era a base da família e a família, a base da nação¹⁵.

No que diz respeito à prostituição e seu papel na sociedade, nosso estudo busca ser um pontapé inicial numa pesquisa de maior fôlego, mas que apresenta elementos que dão suporte a ideia da mulher meretriz enquanto trabalhadora e livre para buscar as melhores formas, de acordo com suas vontades, de subsistência sem a sujeição de arquétipos morais que estão entranhados na mentalidade da sociedade que a percebe de maneira dicotômica – ou vítima da dominação masculina ou como um indivíduo que não se respeita e é imoral. Ponha aqui um resumo do que serão os três capítulos e seus objetivos em cada um deles.

O trabalho analisa a história da formação da Zona do Mangue, as políticas higienistas e jurídicas de controle das prostitutas. A forma como essas mulheres foram contidas e os argumentos utilizados para a repressão do meretrício colaboraram para a compreensão dos diversos discursos proferidos sobre as mulheres.

No que tange as relações de gênero, o trabalho busca observar quem eram os indivíduos que movimentavam o comércio do Mangue e quais as atividades estavam

¹³ SIMÕES, Soraya Silveira. Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. 178p.

¹⁴ MORAES, Aparecida Fonseca. Mulheres da Vila. Prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 283p.

¹⁵ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. 396p.

vinculadas a prostituição.

As obras que deram fim à Zona do Mangue foram analisadas a partir do contexto histórico em que elas ocorreram, a fim de compreender as estratégias que as mulheres traçaram para lidar com o fim de um local que recebeu e abrigou por quase um século prostitutas, clientes, comerciantes, bandidos, assaltantes, traficantes.

Capítulo I

“A Formação do Manguê”

Antes de o Manguê receber as mulheres que o transformaram em zona de baixo meretrício, abrigava ele uma área residencial habitada por operários e suas famílias¹⁶. A chegada das prostitutas só aconteceu a partir do processo de reformas urbanas ocorrido no início do século XX, nas reformulações iniciadas por Pereira Passos. Diante da necessidade de modernizar a cidade do Rio de Janeiro e “higienizá-las”, o poder municipal traçou medidas para retirar as meretrizes dos locais frequentados por famílias e “pessoas de bem”. Nesse período, muitas meretrizes “faziam a vida” em janelas de sobrados de casas de *rendez-vous*, casas de tolerância, pensões de prostitutas ou hospedarias nas ruas centrais da Capital Federal da República. Sobre a diferenciação entre estes locais, todos indicados pelas autoridades como destinados a encontros sexuais por um determinado tempo, Cristiana Schettini enfatiza que

“Essas diferenças eram socialmente construídas com base em critérios de distinção social do público frequentador, bem como das mulheres e também do tipo de repressão e controle que cada categoria de casa mereceria.”¹⁷

As casas de tolerância, segundo Schettini, eram a maioria no Rio de Janeiro, onde o controle e a repressão policial eram mais constantes. Localizadas nas ruas da Lapa, como a Mem de Sá, Arcos, Rua da Lapa, Riachuelo, Morais e Vale entre outras¹⁸, a maioria das prostitutas eram obrigadas a se deslocar com as expulsões, além de fechar as janelas e ter limites de horários para se expor ao público. O motivo para as expulsões das mulheres desses locais concentrava-se na alegação da grande movimentação de pessoas nessas ruas, uma vez que eram locais por onde o bonde passava¹⁹. Indivíduos incautos, com suas esposas e filhas

¹⁶ CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, p. 48

¹⁷ SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. p. 70

¹⁸ *Ibidem*, p. 71

¹⁹ *Ibidem*, p. 79

não formavam um público compatível para perceber a presença das meretrizes nas janelas.

Como dar fim à prostituição não era o objetivo das autoridades naquele momento, as mulheres expulsas foram realocadas numa área mais periférica, na Cidade Nova, dando início à trajetória de meretrício da histórica Zona do Mangue.

Inicialmente, a presença das mulheres na Cidade Nova era vista pela população em geral como uma consequência da ação do Estado para a higienização do centro do Rio. Para as famílias da região imaginavam que seria algo temporário²⁰. No entanto, as mulheres foram ficando e outras mais chegando, espalhando suas presenças nas ruas, bordéis e bares.

Em um primeiro momento, a Zona do Mangue tinha seu espaço dividido entre estrangeiras e brasileiras. De nacionalidades distintas, algumas imigrantes chegavam a se apresentar como francesas, a fim de despertar a curiosidade entre os homens, pois existiam diversos mitos – desde o século XIX – sobre suas peripécias na cama. Os estereótipos construídos sobre essas figuras tão marcantes na *Belle Époque* tinham analogia com as ideias de desenvolvimento tanto econômico quanto social sobre a Europa, principalmente com relação à França. Nas palavras de Margareth Rago:

“O charme da “francesa” foi construído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e o de seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo das mercadorias mais modernas, era desejada também pelo status que conferia ao seu proprietário momentâneo. Prostituição e modernidade nesse sentido foram intimamente associadas, num momento em que amplos esforços eram mobilizados pelos diferentes setores sociais para se auto-representarem como uma sociedade que ingressava numa nova era inaugural, sintonizando seus passos ao ritmo da modernização das demais nações europeias²¹”.

Afirmar-se enquanto francesa, certamente, rendia mais clientes e um maior pecúlio. No entanto, Sueann Caulfield ressalta em seu artigo que muitas que se diziam “francesas” eram do leste europeu ou de outros países, e algumas chegaram ao Brasil vítimas do tráfico de

²⁰ SCHETTINI, Op. Cit. p. 79

²¹RAGO, Margareth, Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.p. 50.

mulheres. A historiadora Lená Medeiros expõe, em seu trabalho²², que a presença de caftens estrangeiros no Brasil preocupava o governo que determinava em processos a deportação deles, principalmente por conta da pressão dos países que tinham suas mulheres feitas de escravas brancas.

Com o Mangue afastado das principais ruas centrais do Rio, o contingente de prostitutas cresceu e formou uma espécie de área própria para a atividade já nos anos 1920. Em 1924, uma ilustre visita ao Brasil determinou o fechamento da Zona do Mangue. A chegada do rei da Bélgica e sua família ao Rio de Janeiro provocou uma “limpeza social” para que a cidade não mostrasse um cenário incompatível com a ideia de modernidade que os governantes desejavam oferecer ao nobre visitante²³. E assim, à Zona do Mangue foi dada a tarefa de confinar a mazela social que o baixo meretrício representava para a sociedade. Segundo Sueann Caulfield,

“Instruída para “limpar” as áreas por onde sua alteza iria excursionar, a polícia fechou o cerco e manteve presas as prostitutas de classes baixas, sob alegação de vadiagem, até o final da visita real, amontoando-as depois nos bordéis das nove ruas entrecruzadas do Mangue.”²⁴

Com o aumento da circulação de mulheres e o conhecimento policial sobre as casas de tolerância que se firmaram nas ruas do Mangue, foi estabelecida uma clientela que se sentia a vontade com os baixos preços oferecidos. E com preços mais populares, o atendimento das meretrizes compreendia um maior número de clientes. A liberdade de se expor pelas ruas e a ausência de limitação de horário permitiram que as meretrizes levassem para os quartos cada vez mais clientes, o que compensava os baixos preços. O número de cadastros policiais de prostitutas, apurados por Sueann Caulfield, era três vezes maior em 1929, se comparado com o ano de 1923.

O encaminhamento das meretrizes para a Cidade Nova, por policiais, foi influenciada pelas teorias regulamentaristas que marcaram no início do século XX. Essas teorias

²² MENEZES, Lená Medeiros. Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

²³ CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.p. 111

²⁴ CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, p.44.

defendiam a existência de locais próprios para a prostituição, uma vez que esse “mal necessário” à sociedade não seria extinto. A delimitação espacial de tolerância à prostituição permitia à polícia maior desenvoltura para exercer o controle das prostitutas e, aos higienistas, uma outra forma para conter as doenças ligadas a elas – o caso da sífilis. Muitos médicos sanitaristas da época legitimaram e motivaram a demarcação de locais próprios para o meretrício, o que afastou a possibilidade das mulheres expulsas das casas de tolerância irem parar nas ruas, fazendo o *trottoir*²⁵.

Mesmo com a ação da polícia baseada nas teorias regulamentaristas, o governo não se posicionava sobre a prostituição. Chefes de polícia exigiram a elaboração de leis que legitimassem suas atuações. Com isso, as brechas da legislação deram liberdade para o poder policial agir com autoridade, além de permitir que as prostitutas criassem formas de driblar o controle a que estavam submetidas. Para SueannCaulfield,

“(…) as incertezas na legislação permitiram que a polícia continuasse a impor políticas de confinamento e “supervisão” da prostituição, embora a sua eficácia fosse limitada devido à resistência por parte das prostitutas, à corrupção na própria polícia, derrotas nos tribunais e à crescente oposição às políticas públicas autoritárias.”²⁶

Se o regulamentarismo recebia críticas ferrenhas por conter um conjunto de medidas autoritárias que se contrapunham à moderna república brasileira, outras teorias com soluções diferentes para a prostituição ganharam espaço. Esse foi o caso do abolicionismo que defendia a seguinte posição: a prostituição não deveria ser enclausurada em casas de tolerância. Os abolicionistas acusavam o Estado de ter uma atitude proxeneta, favorecendo a manutenção de locais próprios para o meretrício, e, dessa forma, incentivando a prostituição. Margareth Rago, ao analisar os estudos do jurista Evaristo de Moraes, apresenta a posição anti-regulamentarista do jurista, que atentava para o fato de

“até mesmo o patriarca do regulamentarismo, Parent-Duchâtelet, dera-se conta de que as casas de tolerância, registradas pela Polícia de Costumes, acabavam se constituindo em focos

²⁵ Prostituição pelas ruas e calçadas.

²⁶ CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, p.53.

privilegiados da decadência moral e da transmissão da sífilis.”²⁷

Margareth Rago afirmou que os abolicionistas entendiam que as casas de tolerância contribuíam para a decadência moral e física das mulheres que viviam do meretrício, devido ao alcoolismo e o grande número de clientes atendidos por noite. As prostitutas deveriam receber seus clientes indiscriminadamente e, além disso, os donos (as) das casas as obrigavam a consumir junto aos clientes elevadas doses de bebida alcoólica para aumentar o lucro dos bordéis. Sendo assim, ficou claro que, além da exposição a doenças venéreas, as moças tinham a saúde bastante debilitada em função do alcoolismo. Ou seja, as prostitutas que trabalhavam em suas próprias casas ou encontrando os clientes em poderiam escolher seus clientes e não seriam obrigadas a consumir álcool para aumentar a lucratividade dos prostíbulos.

Outra questão apontada por esses médicos diz respeito à injustiça que recaía sobre os ombros das moças *de vida fácil*, apresentadas à sociedade como culpadas pela disseminação de doenças pelas cidades. Se a prostituição acontecia a partir do consentimento de duas partes, uma que pagava pelo serviço e outra que prestava o serviço, parecia-lhes injusto que as mulheres fossem as únicas responsáveis pelas mazelas decorrentes das relações sexuais *indecentes*. O jurista Evaristo de Moraes afirmava que:

“a prostituição não poderia ser considerada crime, e que as meretrizes, portanto, não poderiam ser vistas como “desclassificadas”, ou “vagabundas”, pois sua ação era “bilateral” e não “unipessoal.”²⁸

Como falado anteriormente, tal discussão perpassou décadas, sendo recriada, com novas roupagens, em momentos cujo tema prostituição tornava-se um problema público, noticiado na mídia, forçando um posicionamento do Estado. Vemos tal situação em vários momentos na história da prostituição na Zona do Mangue.

Na década de 1970, Armando Pereira, um policial que trabalhou na região, recriou um discurso baseado nos argumentos abolicionistas. Para ele, a circunscrição das mulheres em zonas de prostituição era um atentado a liberdade sexual delas e, além disso, a não penalização dos homens por procurarem os serviços sexuais em troca de dinheiro, ou não

²⁷ RAGO, Op. Cit, p.153

²⁸ Ibidem, p.154

exigir que cuidassem da própria saúde, era conceder a eles a irresponsabilidade²⁹. Dessa forma, afirma o autor:

“o abolicionismo combate (...) o privilégio em relação ao sexo do segundo contratante, aquele que busca uma prestação de prazer contra uma prestação de dinheiro. O que o abolicionismo repele é que se puna a prostituída, sem que se tente ao menos o prostituidor, ou seja, o cliente (...)”³⁰

No entanto, Armando Pereira enfatiza que apesar da ideia dos abolicionistas frente a dos regulamentaristas lhe parecer generosa, urgia encontrar uma maneira ideal para adequar a condição da prostituição no meio social. Era necessário encontrar um equilíbrio entre a liberdade do exercício do meretrício e a ordem social. Esta ordem só seria possível com o controle policial dessas regiões.

Em toda bibliografia analisada tratando da prostituição, o controle policial se mostrou como um elemento crucial nas relações dos atores que compunham os espaços de meretrício. A ausência de leis claras para regulamentar a prostituição se mostrou como um elemento decisivo para a construção de laços entre prostitutas, rufiões e policiais. Cristiana Schettini revelou muito bem essa relação em seus estudos, na qual as prostitutas encontraram brechas para lidar com a polícia e suas batidas nos bordéis.

As ações de higienistas, juristas e policiais iam de acordo com a tentativa do Estado de apresentar uma nação moderna e “limpa” de problemas sociais. Entretanto, o autoritarismo policial usado para lidar com essas questões colocava o governo em uma situação desconfortável, já que não se posicionava com a criação de uma legislação que definisse o papel da polícia e do judiciário no que diz respeito à prostituta. Com a polícia no controle do Mangue e a proximidade de sua ação às medidas propostas pelos regulamentaristas, a zona do Mangue se fortaleceu, visto que a prostituição poderia acontecer com maior exposição das mulheres sendo uma área de tolerância.

²⁹PEREIRA, Armando. Prostituição: uma visão global. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.p.51.

³⁰ Ibidem, p.51.

Capítulo II

Habituéis do Manguê

Ao regressar de uma ceia na “Taberna da Glória”, um carro foi metralhado na av. Mem de Sá com a rua Visconde de Maranguape. Eram três ocupantes no carro, mas apenas os que estavam na frente foram baleados, o sargento da Marinha Abdias de Araújo e uma mulher chamada Maria Tereza. O terceiro ocupante, o marinheiro Júlio Saraiva que estava no banco traseiro do carro, não teve ferimentos. Júlio era conhecido como Gigante e, pelas investigações da polícia, era amante de Maria Tereza. E Maria Tereza, conhecida como Bete, era prostituta do Manguê, ou mundana como o jornal preferiu chamá-la. O caso fora julgado como misterioso por Bete dividir a frente do carro com Abdias apesar de ter um relacionamento amoroso com Gigante.

A notícia apresentada pelo jornal *Última Hora*³¹ forneceu mais informações. A polícia acreditava que os tiros eram para Gigante, que já passara pela cadeia da corporação. Conhecido por ser um conquistador no Manguê, Gigante foi amasiado com outra prostituta do baixo meretrício, conhecida pela alcunha de “Elza Cabelo de Fogo”. Essa prostituta administrou uma das casas de prostituição do baixo meretrício quando a operação Navarro determinou a República do Manguê e a prisão aos exploradores do meretrício. Entretanto, quando Elza se tornou gerente de um prostíbulo, assumiu a liderança da Zona do Manguê e passou a explorar as prostitutas que trabalhavam na casa que gerenciava. Os objetivos da polícia com a república do Manguê nem sempre foram alcançados.

O jornal se aprofundou ainda mais na relação de Gigante com o meretrício, afirmando que Elza sustentou o seu amante com o dinheiro do lenocínio e, ainda, que a casa gerenciada por ela foi desapropriada o que a fez perder sua fonte de rendimentos e, também, o relacionamento com Gigante. Mas ele continuou pelas ruas do Manguê a explorar outras prostitutas, como no caso de Bete.

O caso noticiado pelo jornal *Última Hora*, do dia 05 de dezembro de 1960, apresenta pistas importantes para entender as relações de gênero construídas na zona do Manguê e a opinião pública acerca das meretrizes e seus amantes. Primeiro, devemos apreciar o fato de homens membros de corporações, como no caso da Marinha, estarem envolvidos com prostitutas e lenocínio. Pelo fato de o jornal não ter alarmado para esse detalhe, parece que

³¹*Última Hora*, 05 de dezembro de 1960, p.2. “Metralhado “Citroen” Negro”. Biblioteca Nacional.

homens que vestiam farda no exercício da profissão costumavam transitar pelas ruas do Mangue. No entanto, isso não é novo visto que Schettini³² apresentou diversos conflitos entre marinheiros por prostitutas nas ruas do Rio, durante a *Belle Époque*.

Outra questão que chama a atenção nesse caso é a relação entre as prostitutas e Gigante. Há possibilidade dele ter sido um rufião e vivido as custas de suas meretrizes e amantes, recebendo dinheiro em troca de amor – como Armando Pereira³³ vai afirmar em seu trabalho sobre a prostituição. Mas talvez fosse esse o imaginário masculino que jornalistas homens reproduzissem nos diários policiais quando se tratava de um homem que mantinha um relacionamento com uma “mundana”. Um homem poderia se envolver emocionalmente com uma prostituta e desejar tirá-la daquele lugar, como cantou Odair José. Ou amá-la e não se importar com a sua profissão, tendo a conhecido nas ruas do Mangue. Afirmar com veemência que namorados de meretrizes são necessariamente rufiões pode ser uma idealização que se distancia de algumas situações reais. Casos de prostitutas que se casam não são exceções, assim como de maridos que sabem que a esposa trabalha no meretrício e as leva até a porta do serviço. Por que todo amante, marido ou namorado de prostituta teriam, necessariamente, que ser sustentado por elas? Fica levantada a questão.

Em terceiro, vimos a república do Mangue e suas medidas serem citadas nas páginas policiais, mas revelando também que a polícia não alcançava seu objetivo de extinguir a exploração com o afastamento de caftinas e a votação de gerentes para as casas de meretrício. Elsa Cabelo de Fogo mostrou que a despeito do que as autoridades planejaram para o baixo meretrício carioca, a exploração das mulheres ainda acontecia e as próprias eleitas se encarregavam de assumir a posição que antes era das antigas donas das casas de tolerância. Sendo assim, Juçara Leite reafirmou em sua análise sobre a república do Mangue, a partir da perspectiva de Armando Pereira, a questão da exploração da prostituição pelas gerentes votadas nos bordéis

“As gerentes eram encarregadas de administrar o bordel para o qual eram eleitas (...). O cargo possuía caráter rotativo (...). Apesar de toda a experiência funcionar sob as vistas da polícia, algumas

³² SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.p.43.

³³PEREIRA, Armando. Prostituição: uma visão global. Rio de Janeiro: Pallas, 1976. p.84.

gerentes terminaram por explorar as prostitutas (...)”³⁴

No dia 9 de dezembro de 1963, José Bispo Zetori foi cercado por populares na Zona do Mangue e levado até ao 6º Distrito Policial após esfaquear o peito de Silvio Ferreira de Amorim. A vítima trabalhava na rua Pinto de Azevedo como porteiro de um prostíbulo. O assassino estava no Mangue para pagar por sexo. Com a manchete “Anormal morto no Mangue”, o jornal *Última Hora* divulgou uma nota sobre o ocorrido e apresentou a justificativa do acusado, que havia sido perseguido após sair da casa de prostituição. José Bispo explicou que havia sido acusado de não pagar pelos serviços da meretriz que o recebera. Ao perceber que seria agredido, sacou seu canivete e feriu o porteiro Silvio Amorim. Entretanto, José Bispo tentava justificar seu ato afirmando não ter consumado a relação sexual com a meretriz. Pelo depoimento do entrevistado do jornal, percebemos que apesar dele ter ido ao quarto de “Chiquita”, e lá permanecer em suas tentativas de consumir o ato, José Bispo não conseguiu alcançar o prazer. Chiquita, obviamente, cobrou o valor combinado com que ficou com José³⁵.

O caso de brigas em zonas de prostituição por falta de pagamento e o não cumprimento do acordado entre as partes foi relatado pela historiografia e pelos trabalhos de antropologia e sociologia. Sabe-se que por ser um comércio, a prostituição também se aproxima da máxima “Time is Money”. O descumprimento das regras pré-estabelecidas pelos indivíduos que agiam nesse espaço comprometia todas as demais relações entre prostitutas-clientes e donos das casas. Uma vez aberta a possibilidade do calote com uma meretriz, poderia levar o espertalhão a repetir a infração à economia costumeira do local junto à outras meretrizes dos demais bordéis. A firmeza na postura frente a incidentes como o relatado revela a autoridade daqueles que dominavam e viviam do meretrício. A existência de regras próprias na “cidadela” do Mangue demonstra a rede de sociabilidade construída entre os atores que dividiam o espaço.

A regra comercial era pagar pelo encontro com as prostitutas e, no caso de não acontecer a relação sexual por parte do cliente, fica claro que a quebra do acordo não justifica o fim do negócio. A prostituta tem que receber o valor estabelecido. Até porque paga-se pelo uso do quarto, além do tempo estipulado pelo costume do local, não importando se o cliente

³⁴ LEITE, Juçara Luzia. República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974). São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005. p. 112.

³⁵ *Última Hora*, 09 de dezembro de 1963, p.2. “Anormal morto no Mangue”. Biblioteca Nacional.

chegou ao orgasmo. E ainda há o apoio dos homens que trabalham nos prostíbulos para impedir que a prostituta seja lesada em casos como o apresentado.

Outro caso revelador da complexidade de pessoas que viviam do comércio do prazer na Zona do Mangue foi noticiado no jornal *Correio da Manhã*, em um assassinato que envolveu uma idosa de 86 anos, Tube, e a sua filha de criação, Aloma Michel. A senhora que era polonesa foi encontrada em seu quarto com graves ferimentos na cabeça, indicando que recebeu fortes pancadas com barra de ferro. Pelas investigações da polícia, há indícios que a filha tenha assassinado a mãe adotiva apesar de a notícia não apresentar possíveis motivos para que a filha matasse a polonesa que a criara. No entanto, é importante considerar algo relevante na reportagem: a polonesa era dona de casa de prostituição no mangue e a sua filha, uma de suas prostitutas. O assassinato ocorreu nas imediações da Cidade Nova, na Rua Presidente Barroso. A filha fora encontrada alcoolizada e disse à polícia que ouviu gritos e gemidos de sua mãe, o que levanta a suspeita da existência de outro indivíduo que possa ter colaborado para o crime³⁶.

O mais interessante aqui não é saber quem feriu a polonesa, mas perceber a possível trajetória de uma mulher ligada à prostituição. Tube tinha 86 anos em 1969, nascera em fins do século XIX e por alguma razão emigrou para o Brasil. Por qual motivo? Uma das grandes guerras? Dificuldades econômicas em seu país de origem? Ou será que fora trazida por algum cáften no tráfico internacional de mulheres? Lená Medeiros investigou o a presença de estrangeiros no Brasil com a finalidade de explorar as atividades sexuais, apresentando os esforços das autoridades em desmembrar o tráfico de mulheres brancas e deportar os cafténs. Margareth Rago desenvolveu capítulo sobre as estrangeiras que trabalhavam como prostitutas no Brasil, e apresentou relatos de mulheres vítimas do tráfico, e a maioria emigrava do leste europeu.³⁷

É possível que Tube tenha se prostituído durante sua juventude e, com a idade avançada, tenha optado por continuar na prostituição, no entanto, como dona de um dos bordéis do Mangue.

Algumas prostitutas do Mangue também assaltavam para complementar a renda, como mostrou o *Diário de Notícias* do dia 1º de abril de 1971. A quadrilha formada por mulheres e

³⁶*Correio da Manhã*, 06 de Abril de 1969, p.6. “Polícia acha filha de criação que matou polonesa”. Biblioteca Nacional.

³⁷RAGO, Margareth, *Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

chefiada por Cabeleira, citado como “anormal pelo jornal” aplicava golpes e assaltados em Niterói. As descuidistas, ladras que se aproveitavam da distração de suas vítimas, davam golpes em boutiques e há tempo eram procuradas pela polícia. As peças roubadas, como roupas e joias, vendidas por Cabeleira que fazia ponto no Mangue³⁸.

É interessante nessa notícia a figura de Cabeleira que, apesar de ser homem, fazia ponto Mangue. Pelo fato do jornal se referir a ele como “anormal”, parece que estamos diante de uma linguagem própria para mencionar que o chefe da quadrilha era homossexual. Assim, temos a informação de homens travestidos que compunham o *cash* das ruas do baixo meretrício.

Outra informação relevante é o caso de uma nota do *Última Hora* que, com ar de denúncia, afirma a presença de uma mulher grávida em “pleno trabalho” na Rua Pinto de Azevedo. Há o pedido da interferência da autoridade encarregada de resolver esse problema, em nome da criança, visto que a meretriz está em “adiantado estado de gravidez”. A nota foi a pedido de um leitor.³⁹

Se mulheres grávidas se prostituem no Mangue com barrigas avantajadas é porque há demanda para tal fetiche. Apesar da surpresa do leitor e sua preocupação com a vida da criança, o importante é percebermos a diversidade de desejos sexuais que se exprimem na oferta dos meretrícios. A gravidez, que costuma colocar a figura da mulher em um patamar acima da sensualidade e da sexualidade – a partir de um imaginário idealizado e construído pela sociedade que procura distanciar o papel de mãe do papel de mulher com desejos e prazeres – quando percebida dentro de uma zona de prostituição gera conflitos àqueles que não lidam com essa realidade de maneira todos os dias. O que era o caso do leitor preocupado.

No que tange a criminalidade nas imediações da Cidade Nova, sua fama foi legitimada com a periculosidade do Mangue. No dia 14 de janeiro de 1960, dois homicídios registrados pela polícia foram noticiados no jornal *Última Hora*. “Dois homicídios na Zona do Mangue” era o título. O primeiro foi um homem não identificado teve seu corpo encontrado num prédio condenado pela prefeitura do Rio, na Rua Marques de Sapucaí e, o segundo, foi um homem que atendia por “Russo”, o ex-soldado da Polícia Militar Manoel Brito da Silva. Além de ser ex-soldado, a nota traz outras características do assassinado: maconheiro e assaltante. Inclusive, foi morto em exercício, quando assaltava o soldado da PM Pedro Santos de

³⁸*Diário de Notícias*, 01 de Abril de 1971, p. 13. “Ladras presas deram estouro no comércio”. Biblioteca Nacional.

³⁹*Última Hora*, 18 de janeiro de 1960, p. 21. “Seu, Chefe?”. Biblioteca Nacional.

Almeida. Russo e outro homem tentaram assaltar o soldado e o feriram na perna, no entanto, a vítima reagiu atirando contra o Russo, que foi baleado no coração⁴⁰.

O motivo do policial estarno Mangue não é justificada na nota do jornal, no entanto, sabe-se através da historiografia que o controle policial muitas vezes não era executado conforme as condutas previstas em lei, principalmente no que diz respeito ao lenocínio. Alguns policiais mantinham casas de prostituição e, além disso, tinham vínculos com bicheiros e traficantes de drogas da região, recebendo propinas para fazer “vista grossa”. jogatina – como observaremos em seguida. O ex-soldado da PM que fora morto, residia na rua Ceará e é chamado pelo jornal de “miliciano”, talvez ele seja um “protetor”.

A presença de fugitivos da polícia na Zona do Mangue também é notícia dos jornais. No dia 27 de Março de 1965 do jornal *Última Hora*, um fugitivo da Penitenciária de Bangu, condenado por assalto a mão armada, foi preso pela 6ª Delegacia Distrital em uma “blitz” na Zona do Mangue. Ao chegar à delegacia, o bandido disse que estava trabalhando como apontador do jogo do bicho na Praça Verdun.

No dia 15 de maio de 1965, o *Última Hora* relatou a traição de um bandido da Mangueira, o Cabo Luís a um dono de boca de fumo nas imediações do Estácio e da Zona do Mangue, o Miguelzinho. Por ser procurado pela polícia, Miguelzinho atrapalhava os negócios criminosos do Cabo Luís que armou uma situação para que ele fosse pego pela polícia. O Cabo Luís já havia cumprido pena por homicídio e foi jurado de morte pelos traficantes que agiam no Mangue pela traição.

O que deve ser observado nesta notícia é o domínio do tráfico de droga na Zona do Mangue. A partir de notícias como as relatadas é possível compreender que o baixo meretrício carioca não era formado apenas por prostitutas, donos (as) de casas de prostituição e clientes. O espaço era construído por diversos atores sociais que interagem e formavam um grupo marginalizado que tinha o Mangue como um local de entretenimento e “trabalho” – aspas usadas para o caso dos bandidos. Eram traficantes e usuários de drogas, assaltantes, milicianos, bicheiros e assassinos. E alguns deles com passagem pelo cárcere. Essas fontes reafirmam a necessidade de se construir uma história baseada nos estudos de gêneros, quando há a intenção de falar das prostitutas e suas redes de sociabilidade com os demais atores que compunham o espaço.

Já o tráfico de drogas também foi notícia no dia 31 de junho de 1963, quando uma

⁴⁰*Última Hora*, 14 de Janeiro de 1960, p.2. “Dois homicídios na Zona do Mangue”. Biblioteca Nacional.

manchete do mesmo jornal anunciava a expansão do tráfico de maconha por todo o Rio de Janeiro. Ao longo da matéria, que é extensa e toma boa parte da página policial, o bandido Parangolé “não esconde que se diverte em toda a Zona do Mangue”, tendo a ajuda do comparsa Índio para a venda de drogas nos pontos do Mangue.

O envolvimento de policiais na facilitação do lenocínio é um dos elementos fundamentais para compreender as relações existentes em zonas de meretrício. Os casos de corrupção envolvendo caftinas, prostitutas e policiais revelam a articulação dos atores sociais para manter-se no espaço onde as atividades criminosas acontecem às vistas daqueles que as compõe. Traçar meios de se sustentar exige um diálogo com o indivíduo que repreende. E muitas vezes esse diálogo passava a ser aberto quando havia contribuição em dinheiro. Entretanto, é importante considerar que havia outras maneiras de negociar com policiais.

Cristiana Schettini analisa as relações entre meretrizes e policiais e as negociações feitas pelas mulheres para persistir com a prostituição⁴¹. Juçara Leite chamou essas negociações de resistência, inserindo outras formas as quais a mulher rompe com o combinado com a polícia, como esconder a verdadeira profissão ou andar sem as fichas de inscrição⁴². A constante imposição do Estado em reprimir o lenocínio, assistindo a prostituta como vítima, abriu brechas para que a propina mediasse parte das relações do Mangue.

A análise de alguns jornais populares que circulavam no Rio de Janeiro, na década de 1960, permitiu identificar a insatisfação sobre as medidas que a polícia tomava em torno da prostituição e, principalmente, do Mangue. Por se tratar de uma área de tolerância e controle policial, com a República do Mangue, muitos problemas insistiam em permanecer. Mesmo com a retirada das caftinas após a Operação Navarro, o lenocínio permanecia, e atrelado a outras atividades que o fortaleciam, o caso do jogo do bicho.

No início da década de 1960 foi declarada a guerra contra as grandes figuras do jogo do bicho no cenário carioca. Em 1961 até o então presidente, Jânio Quadros, havia se colocado contra a jogatina, pedindo que a polícia se posicionasse contra esses “banqueiros”. No final do ano de 1960, no dia 29 de dezembro, o jornal *Diário Carioca* denunciava o rodízio de delegados distritais em uma coluna de sua página policial, motivada por interesses políticos e vinganças. O delegado Pires de Sá fora realocado na Zona do Mangue, um local onde nada poderia fazer para mudar na visão do jornal. Em 14 de junho de 1961, o mesmo jornal afirmava que uma blitz em hotéis e cassinos tinha como finalidade afastar o delegado

⁴¹ SCHETTINI, op. Cit. p. 59

⁴² LEITE, op. Cit. p. 119

Stlocker da Delegacia de Costumes e Diversões, pois estava atrapalhando os bicheiros com suas investigações. Além dessa nota, em seguida vinha a notícia sobre a transferência de Pires de Sá do Mangue para Bangu, pois havia a preocupação em tirar um homem honesto demais para ocupar tal cargo⁴³.

As mudanças com relação às delegacias prosseguiram e geraram inquéritos e insatisfações. O jornal *Última Hora* apresentou uma matéria no dia 15 de junho do mesmo ano em que o delegado Stockler teria entrado com uma queixa-crime contra o governador Carlos Lacerda, que o afastara do cargo com o argumento de que o delegado era um facilitador do lenocínio e do jogo do bicho. Entre telefonemas ameaçadores frente ao prosseguimento dos inquéritos contra os grandes bicheiros, a confusão parecia apenas ter começado. Muitos indivíduos foram presos por envolvimento com o lenocínio, inclusive estrangeiros, e o governador Carlos Lacerda exigiu a deportação deles. No dia 17 de junho de 1961 uma nota informava que 19 pessoas foram presas por corrupção e jogo do bicho, parte delas encontradas na Zona do Mangue.

O *Correio da Manhã* do dia 22 de junho divulgou a posição de Carlos Lacerda diante de tantas denúncias. Para ele, Stockler não havia entendido a campanha do governo quanto ao lenocínio, ao jogo do bicho e à corrupção. Entretanto, Stockler deu um parecer intrigante e, talvez, sincero. O ex-delegado afirmou que quando assumiu a Delegacia de Costumes e Diversões percebeu que ao lavrar o flagrante contra um hotel e prender o seu porteiro, no dia seguinte o mesmo hotel voltava a funcionar e outro porteiro era posto no lugar. Sendo assim, decidiu por interditar os hotéis que só eram liberados diante de uma ordem judicial. Além disso, avisava ao chefe de polícia coronel Barros Nunes sobre a exploração da prostituição dentro desses estabelecimentos, e o chefe de polícia respondera, no entanto, que o funcionamento com discrição, sem importunar a vizinhança não tinha necessidade de sofrer sanções, uma vez que era uma atividade aceita em diversos países.

A corrupção no meio policial e a necessidade de conter o avanço do lenocínio e da contravenção influenciavam diretamente a política interna, envolvendo diversas autoridades e, como apresentado nos jornais, o próprio governador. No entanto, no caso de Carlos Lacerda é provável que haja outros elementos a serem identificados para seja esclarecer as questões relativas a sua atuação na política do Estado da Guanabara. O que a fonte nos responde a partir da temática deste trabalho é a proximidade da exploração da prostituição com outras

⁴³*Diário Carioca*, 29 de dezembro de 1960, p.10. Biblioteca Nacional.

atividades criminosas tão ou mais rentáveis, o que garantia que as grandes figuras por trás das redes de prostituição se mantivessem seguras e “intocáveis”.

Conclusão

Ao final da análise dos casos o que podemos concluir é a complexidade das relações existentes no Mangue e a identificação dos atores que estimulavam a dinâmica própria desta “cidadela”. Vimos a polonesa Tube, que aos 86 anos tinha uma casa de prostituição, uma antiga prostituta que talvez tenha acompanhado o nascimento e o desenvolvimento das relações do Mangue. E o Cabeleira, o “anormal” que chefiava assaltados e fazia ponto, o intrigante rodízio de delegados distritais. Vimos a relação amorosa entre Bete e Gigante, o ex-amante de Elza Cabelo de Fogo. Também vimos a prostituição de uma mulher grávida, a diversão de Parangolé e Índio com tráfico de maconha no Mangue, a traição do Cabo Luís contra Miguelzinho, o assassinato de Russo pelo policial militar que tentou assaltar. Vimos também o calote de José Bispo que saiu caro.

Esses são alguns dos personagens que ilustraram a realidade do baixo meretrício carioca e estamparam as páginas policiais. As interações entre esses indivíduos formam uma para emaranhada teia em que cada ator social exerce uma função própria, mas suas atividades estão interligadas as demais que compunham a Zona do Mangue. As relações não são apenas determinadas pelo dinheiro, é necessário observar a existência de uma economia costumeira cujo envolvimento dos atores é determinante para compreender as regras estabelecidas e onde está lucro e o débito. A experiência compartilhada entre os indivíduos de diferentes posições resultou em uma elaborada organização social cujas particularidades determinam a economia costumeira, baseada nos costumes e práticas comuns entre os atores sociais.

A necessidade de sobreviver no Mangue e manter-se apesar do controle policial desencadeou relações mais profundas que o comércio em si. As paixões, os conflitos, os desejos e a solidariedade formam o combustível indispensável para o entendimento da dinâmica presente no baixo meretrício. O traficante de drogas, ponteiro do jogo do bicho, a caftina e a prostituta – e também seus clientes – se movimentam em busca de renda, mas consideram também suas relações sociais uma vez que se reconhecem enquanto parte do mesmo espacial e reprimidos, controlados e marginalizados da mesma maneira.

Capítulo III

A remoção no Mangue

Era cedo quando um homem bem apanhado chegou à Rua Pinto de Azevedo, com uma seriedade no olhar que não era comum aos clientes que por ali passavam. Mesmo se comparado ao olhar daqueles que visitavam as mulheres antes de bater ponto no trabalho, e que evitavam a badalação da noite. O homem seguiu pela rua com sua maleta e muitos papéis em mãos, observando cada prédio ao seu redor, enquanto ajeitava os óculos que custavam a firmar em seu nariz. E manteve sua seriedade, até mesmo quando uma das moças do sobrado ao lado insistiu em acenar para ele. Não esboçou nem um sorrisinho de canto de boca. Nada. Ele estava ali para cumprir seu trabalho e só, pois o acompanhavam os policiais da 6ª DP, a mando do delegado Armando Pereira, o que previa algumas confusões. E além do mais, as afamadas ruas do Mangue provocavam certo receio aos desacostumados com sua rotina, ainda mais se tratando de um oficial de justiça que chegara para cumprir a ordem de despejo às mais de 300 mulheres que trabalhavam nos seis prédios que seriam demolidos no mesmo dia. Notificadas sobre o despejo, as prostitutas recolheram suas roupas e objetos, cabisbaixas, apenas murmurando os contratempos da vida. A vizinhança comentou que não houve um escândalo, somente o barulho do maquinário que colocava abaixo parte do corpo do Mangue.

Iniciava o processo de reformulação urbana da Cidade Nova, projeto do governo do estado que tinha como objetivo valorizar a região para promover a construção de prédios empresariais e comerciais, o centro administrativo da prefeitura e o tão esperado metrô dos cariocas. As desapropriações seguiram pela década de 1970 até não restar mais a histórica zona do Mangue que havia enfrentado tantas repressões e medidas de controle.

A remoção das prostitutas provocou um inchaço nos bordéis que resistiram à onda de despejos e isso provocou o medo de muitas delas irem para as ruas. Os bordéis tinham um número máximo de prostitutas a comportar e, assim, muitas não teriam para onde ir. O *Diário de Notícias*⁴⁴, que anunciou o despejo das 300 prostitutas em dezembro de 1970, falou da preocupação das autoridades com o *trottoir* e com o possível deslocamento para outras

⁴⁴*Diário de Notícias*, 11 de dezembro de 1970, p. 13. “Despejadas 300 mulheres: o bem e o mal do fim do Mangue em demolição”.

regiões. Pensava-se em um projeto para a criação de uma área para a prostituição, uma vez que apenas despejá-las do Mangue não faria com que elas mudassem de profissão e a prostituição deixasse de existir. O delegado Armando Pereira reconheceu que o problema da prostituição seria agravado sem um local para receber essas mulheres, piorando o quadro de mazelas sociais e morais.

No mesmo ano do início dos despejos a revista *Veja* fez uma matéria⁴⁵ na coluna “Comportamento sobre a prostituição no Brasil” e as mudanças dos serviços sexuais, que tinham ficado mais requintados e diversificados. A “nova face” da velha prostituição era o resultado de “hábitos sofisticados, próprios de uma capital desenvolvida” como afirmou a reportagem, desconstruindo o senso comum que apontava – ainda aponta? - a miséria como um motivador da prostituição visto que as mulheres que prestavam serviços sexuais de luxo costumavam ser moças pertencentes à classe média alta, universitárias e, algumas vezes, casadas com homens tão ricos quanto seus clientes. O que caracteriza essa prostituição é a busca por um aumento da renda, e não pela subsistência. Essas meretrizes nada tinham a ver com as mulheres que sofriam com as obras da Cidade Nova, com a falta de lugar pra morar, trabalhar e ainda precisavam enfrentar a polícia com suas fichas e registros para mantê-las sob controle. As prostitutas da revista *Veja* eram o reflexo do desenvolvimento do país, bem diferente do que pensava as autoridades sobre as damas do Mangue.

A matéria ainda trouxe alguns adendos, entre eles a perspectiva do sociólogo Otaviano de Fiore que percebia as causas da prostituição em dois níveis. O primeiro seria a falta de recursos e a pobreza extrema que obrigava a mulher a vender o próprio corpo por não ter de onde tirar seu sustento. Para ele, a existência de pessoas interessadas em pagar por sexo, possibilita que tenham aquelas dispostas a vender o próprio corpo um meio de subsistência. O segundo, menos a ver com as questões sociais, é a insatisfação sexual que se mostrou como um elemento imprescindível à existência da prostituição. “A pobreza é um fator acessório e não fundamental”, disse a *Veja*, ao analisar a opção de mulheres de classe média pela prostituição, que ao se deitarem com seus clientes faziam as contas para a compra de um novo carro, de belas joias ou um apartamento.

Visto que, mesmo distantes da realidade das prostitutas do Mangue, essas mulheres mantinham sua profissão – habitual ou esporádica – escondida de parentes e amigos. O julgamento moral recaía sobre todas, apesar da diferença da intensidade devido ao número de

⁴⁵ Revista *Veja*, 04 de novembro de 1970. p. 38-40. As amadoras.

cifrões, à importância dos clientes que as recebiam e os lugares que frequentavam. Sobre a moralidade brasileira que discrimina as mulheres que prestam serviços sexuais, o intelectual afirmou que nos países mais permissivos as prostitutas eram respeitadas como qualquer pessoa. E, ainda, que a imoralidade da prostituição continuava pela falta de alternativa. Escolher ser prostituta era uma decisão íntima e poder optar por isso, a garantia de direitos individuais.

No entanto, o mais interessante para este trabalho é o texto anexo à reportagem com o seguinte título “Pobres variações de uma antiga profissão”, que relatou a decadência dos baixos meretrícios por todo o país no período, inclusive o Mangue que é tido como desaparecido. Para a revista “o Mangue, no Rio, praticamente sumiu”. O texto apontou como os principais motivos para o enfraquecimento dos baixos meretrícios o “aumento do nível econômico e cultural da população masculina” e a forte repressão, além do surgimento de moças mais belas e mercenárias fora do baixo meretrício.

A justificativa para o fim do Mangue, e das demais zonas de baixo meretrício espalhadas pelas capitais do Brasil, evidenciou a percepção que uma parcela da sociedade tinha sobre a condição social dos brasileiros no período. A contextualização histórica da reportagem é imprescindível para compreender os efeitos do milagre econômico sobre a opinião pública, durante o regime civil-militar. As obras faraônicas, a entrada de capital estrangeiro e os muitos empregos que surgiram, davam à classe média a impressão de que todos estavam usufruindo do crescimento econômico do país.

A política econômica iniciada em 1969, no governo Médici, aumentou o poder aquisitivo de parte da população e pôde, de alguma maneira, ter ajudado no desenvolvimento de hábitos mais requintados, inclusive no que diz respeito aos serviços sexuais. Todavia, é importante ressaltar que, ao menos no Rio de Janeiro, o Mangue já não estava bem das pernas desde advento do Estado Novo que provocou uma drástica mudança nas políticas policiais de repressão ao lenocínio e a outros crimes, além da necessidade da “limpeza” moral. Sem leis que vissem a prostituta como criminosa, elas acabavam passando alguns dias encarceradas por atentado ao pudor.

Outro elemento a ser acrescentado é que mesmo com o alto crescimento do PIB, muitos trabalhadores não tinham salários altos e continuavam com sua vida simples. Os populares não passaram a frequentar boates caras, ou pagar o preço que os executivos pagavam para ter acompanhantes de luxo. O público do baixo meretrício não era formado por

homens ricos e executivos que com o desenvolvimento passaram a ter um gosto mais apurado para o lazer sexual, dispensando as moças do Mangue. Ao que as fontes e a historiografia indicaram, o desaparecimento do Mangue não pareceu estar vinculado ao aumento do nível econômico e cultural da população. Menos ainda ao surgimento de mulheres mais bonitas e mercenárias fora das zonas de prostituição, uma vez que nem todas as prostitutas nasceram e cresceram no Mangue, e ser mercenária pouco tem a ver com a escolha da prostituição como profissão.

O surgimento das pílulas anticoncepcionais, mudanças de valores, o *boom* dos motéis, a reafirmação da sexualidade feminina e outras mudanças refletiram pouco na decadência do Mangue porque são questões distantes dos problemas enfrentados por quem vive do baixo meretrício.

Foi necessário que obras de grande impacto urbano colocassem os bordéis abaixo para que as insistentes mulheres deixassem a região – e procurassem outro local para continuar com o meretrício. Por mais revolucionários que os movimentos e os hábitos se colocassem contra os velhos costumes precedentes aos anos 1960, a zona do Mangue só se desfez quando, sob a vigília de policiais, os oficiais de justiça, os decretos de desapropriação, as máquinas, as marretas trabalharam para dar fim a sua estrutura física.

Se procurar um novo espaço para a prostituição exigiria um grande empenho do Estado, o jeito encontrado pela polícia para conter as mulheres e evitar que fossem para o trottoir era a implementação de novas medidas. Uma delas foi a parceria entre a 6ª DP e o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o Mobral, que manteve uma escola em funcionamento dentro do Mangue para alfabetizar as mulheres e dar orientações psicológica e social a fim de reintegrá-las à sociedade. Pela nota veiculada no jornal *Diário de Notícias*, do dia 22 de junho de 1971, a ação social deu bons resultados. A primeira turma a receber o diploma teve 40% de frequência na sala de aula e muitas teriam abandonado o Mangue e se dedicado a outras profissões. A cerimônia de recebimento do diploma foi na sede da 6ª DP com a presença do delegado Armando Pereira e as melhoras colocadas receberam prêmios em dinheiro, doados pelo Lions Club do Rio Comprido.

A parceria da polícia com o Mobral revelou uma manobra diferente do Estado em dar fim à prostituição, ou ao menos suavizá-la. A proposta de reintegrar as mulheres do Mangue a partir da alfabetização para que elas pudessem escolher outra profissão que não fosse a prostituição estava alinhada às visões moralizantes que se propunham a resgatar as mulheres

do “mal”.

Dessa maneira, a intervenção não se deu apenas em obras. Políticas educacionais e de recuperação das prostitutas se aliaram para que novas oportunidades fossem dadas às mulheres, de forma que elas pudessem escolher outros trabalhos que não as expusesse como o meretrício fazia. E também que não contrastasse com a imagem que a nação do progresso e do desenvolvimento desejava passar.

A construção do metrô e do complexo administrativo da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro sentenciou a Zona do Mangue. A cada despejo e desapropriação as mulheres corriam para as ruas que ainda tinham seus prédios erguidos. A Cidade Nova se transformou num imenso canteiro de obra e à medida que as obras avançavam, as desapropriações aconteciam e as mulheres eram desabrigadas. Muito pouco se falou sobre o destino dessas mulheres, e menos ainda se questionou a importância histórica dos bordéis, que guardavam tantas lembranças e atravessaram, capengas, tantas décadas de existência.

Inicialmente, as desapropriações tinham como objetivo abrir espaço para as obras do metrô e a construção do Centro Administrativo São Sebastião (CASS). O metrô vinha acumulando uma série de reclamações por onde a perfuratriz passava, devido aos transtornos que provocavam nos bairros. Na Cidade Nova, a construção era para a estação Estácio que mais tarde receberia a linha 2, ligando o subúrbio à Zona Sul do Rio. As linhas de ônibus tiveram suas rotas modificadas, casas foram desapropriadas e o cenário de canteiro de obra e toda a poeira incomodava a população. O transporte certamente era o desejo de grande parte da população que inundava a seção de cartas dos leitores dos jornais populares com reclamações contra os engarrafamentos e as péssimas condições de ônibus e estradas. Além do mais, o fato de São Paulo ter o metrô antes do Rio deu margem para as piadinhas provinciais que entre os dois estados.

Pelo Plano Doxiadis, as obras englobariam também o bairro do Catumbi com um novo traçado que ligaria o porto com a Zona Sul através da Linha Lilás e do túnel Santa Bárbara⁴⁶. A intensidade das mudanças não era somente desoladora para as prostitutas por tirar-lhes seus locais de trabalho. O fim do baixo meretrício e sua “imoralidade” representava mais para aquelas mulheres que enfeitavam o cenário da Cidade Nova. E também para a população que convivia há tantas décadas com o Mangue. Soraya Simões afirmou que

⁴⁶SIMÕES, Soraya Silveira. Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói, RJ: EdUFF, 2010.p.52.

“As consequências de reurbanização da Cidade Nova forçaram a redefinição de milhares de trajetos diários, desconstruindo todo um sistema de referências morais, espaciais e afetivos que dão, por definição, sentido à chamada vida “comunitária”.”⁴⁷

A antropóloga chama a atenção para a forma com a qual as mudanças afetaram a rotina dos indivíduos, de maneira emocional e ativa, fazendo com que eles repensassem e reformulassem seus planos para seguir com suas vidas. Algumas caftinas e prostitutas procuraram resistir até o último instante, temendo o dia em que o progresso derrubaria suas casas, pulando de bordel em bordel.

O Centro Administrativo São Sebastião, construído sobre as ruas do Mangue, tinha por objetivo abrigar as secretarias da cidade do Rio de Janeiro e reurbanizar o entorno do bairro. As obras, previstas para acabar em 1975, perduraram até o ano de 1982, sua inauguração.

O prédio, segundo Soraya Simões, “se impôs com o um símbolo da nova Cidade Nova, embora sua construção parecesse simbolizar um outro marco na história da cidade. Um marco exatamente para a história que se tentava exorcizar”⁴⁸. O então prefeito da cidade, Júlio Coutinho, também entendeu a importância da inauguração do CASS. Em seu discurso, proferiu as seguintes palavras “o edifício da cidade será mais um marco da cidade, como são o Pão de Açúcar, o Morro Dois Irmãos e a baía de Guanabara”⁴⁹.

E a história que frustrou as tentativas de exorcismo citada por Soraya Simões foi a da Zona do Mangue. Compreendido como um símbolo da destruição, o prédio se tornou referência da memória urbana, com um apelido que impediu as seguintes gerações de aterrar a longa trajetória do Mangue que marcara diferentes épocas. Se alguém estiver perdido pelas ruas Afonso Cavalcanti ou Júlio do Carmo à procura da prefeitura – talvez resolver alguma pendenga - e perguntar a algum transeunte como se chega à prefeitura, ouvirá, provavelmente, a seguinte resposta: “O Piranhão?”. A espécie de anti-homenagem ao símbolo do progresso que desconsiderou as relações afetivas que as prostitutas, e também a cidade, tinham com a zona, permaneceu.

⁴⁷ SIMÕES, op. cit. p. 53

⁴⁸ Ibidem, p.53.

⁴⁹ Inauguração do Centro Administrativo São Sebastião, 20/01/1982, fita nº 416, lado B. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

E mesmo com pouquíssimas casas restantes entre o Estácio e a Cidade Nova, em 1979, as poucas mulheres que resistiram exerceram o meretrício. Muitas outras seguiram para uma vila em frente à rua Miguel de Frias, uma das principais vias do bairro Estácio. Era a Vila Mimosa. Por conta dos entulhos da demolição de diversas casas da região, a área foi assumida por apontadores de jogo do bicho que atraía muitos apostadores. O abandono das casas, os lixos pelas ruas e as ruas cheias de “estranhos”. A Vila Mimosa que era usada como passagem para as principais vias do Estácio atraiu as prostitutas que perceberam o local como excelente ponto para o comércio sexual⁵⁰.

A prostituição invadiu as casas restantes da vila e se estabeleceu por lá. A freguesia fiel do Mangue, que assistiu seu comércio resistir por quase um século, não abandonou e seguiu para o novo endereço. As vidas das prostitutas despejadas deu prosseguimento à história do baixo meretrício carioca através da Vila Mimosa.

⁵⁰ SIMÕES, op. cit. p. 55.

Conclusão

As histórias acerca do Manguê demonstraram os percalços que as prostitutas enfrentaram para se manter no baixo meretrício, apesar da delimitação espacial, do controle policial e das relações, muitas vezes conflituosas, com os demais atores sociais que compunham aquele cenário. A compreensão da teia de sociabilidade na qual a prostituição da Zona do Manguê está imersa permite observar de maneira mais ampla a movimentação das mulheres a partir de suas ações, hábitos, valores e costumes. Entender a visão da sociedade sobre as prostitutas possibilita o avanço dos estudos sobre as próprias meretrizes, suas estratégias e a ação da sociedade para lidar com a prostituição.

A pesquisa para a construção desse trabalho evidenciou diversas questões que parecem pertinentes para seguir com o objeto em novos estudos. Dentre elas, a análise dos últimos anos de prostituição na Zona do Manguê, perscrutando a dinâmica da sociabilidade exercida dentro do baixo meretrício, a partir dos atores sociais que constituíam esse cenário muitas vezes composto de tramas noticiadas em páginas policiais. Outra questão que se mostrou interessante foi a própria identificação dos atores sociais que compunham a Zona do Manguê e as relações que desempenhavam com a prostituição e com as prostitutas.

No que diz respeito à postura dos meios de comunicação acerca da prostituição, mostrou-se relevante apurar a opinião pública sobre as atividades da Zona do Manguê, através das matérias da imprensa, romances e crônicas, assim como as iniciativas dos governos municipal, estadual e federal para com os atores sociais que frequentavam aquela famosa e histórica região. E ainda, através da opinião pública, compreender como o impacto das obras do metrô e do Centro Administrativo São Sebastião interferiu nas relações de sociabilidade existentes na Zona do Manguê.

Foi-nos importante perceber como os discursos morais e a opinião pública sobre as atividades do baixo meretrício embasaram os argumentos a favor das obras e do fim da Zona do Manguê. Sendo assim, a repressão contra a prostituição correspondia a valores morais que se sobrepunham aos jurídicos, uma vez que não havia legislação que proibisse o indivíduo de prestar serviços sexuais – as leis se direcionavam apenas à exploração da prostituição por

rufiões donas de prostíbulo, apesar de não serem muito claras.

Também consideramos que além da prostituição, o Mangue comportava diversas atividades criminais como o lenocínio, o tráfico de drogas e o jogo do bicho, além de proteger fugitivos da polícia. E essas atividades criminais encontravam no Mangue um reduto para suas práticas e ainda havia a cooperação de algumas mulheres meretrizes. Essa relação do crime com o meretrício pode ser acompanhada nas fontes apresentadas ao longo do trabalho. No entanto, há mais indícios que podem trazer à tona novos elementos para entender a prostituição e suas redes de sociabilidade.

Sendo assim, a sociabilidade e o processo de remoção das prostitutas interferiram nas relações construídas a partir das experiências compartilhadas, evidenciando que as relações intrínsecas movimentavam uma dinâmica própria do Mangue. Apesar de as transformações culturais, sociais e políticas que acenavam os novos tempos nos cenários nacional e internacional, o baixo meretrício continuou sendo observado como uma “chaga social”. E isso pode ser observado na maneira com a qual as obras foram feitas sem um planejamento prévio e concreto para realocar as prostitutas.

Além das questões culturais e morais que norteavam a conduta sobre as mulheres do Mangue, é interessante que seja considerado o fato dessas mulheres serem em sua maioria, como revelou os perfis traçados por Juçara Leite, pobres, analfabetas, negras e pardas⁵¹.

O que o delegado Armando Pereira afirmou em uma das fontes, realizou-se em 1979. O despejo não acabou com as prostitutas e a prostituição no Rio de Janeiro. Elas resistiram a todas as mudanças, repressões e controles a que foram submetidas e, quando retiradas da Zona do Mangue pelas desapropriações, seguiram para o bairro ao lado, formando a Vila Mimosa.

Muitas questões levantadas ao longo da pesquisa ficaram em aberto, revelando lacunas existentes na historiografia acerca do tema analisado. Essas lacunas precisam ser preenchidas a partir de um trabalho historiográfico que contemple a prostituição feminina no Rio de Janeiro contemporâneo, uma vez que os recortes temporais da maioria das obras analisadas se concentram entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. Segundo Sueann Caulfield, “a história desse período da “República do Mangue”, que acabou em 1979, ainda

⁵¹ LEITE, Juçara Luzia. República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974). São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005. 138p.

está por ser escrita”⁵².

Entendemos que as pesquisas também contribuirão para a compreensão das disputas em torno de valores e costumes que a remoção da Zona do Mangue levantou. Esta é uma época marcada por intensas mudanças culturais em nível nacional e internacional, presentes em novos gêneros musicais, no surgimento da TV, nos movimentos sociais (feminista, negro, hippie, estudantil), os efeitos da Guerra Fria e a presença de militares no poder em diversos países da América Latina, muitos destes já amplamente abordados pela historiografia, em detrimento de outras manifestações culturais ou grupos sociais como, no caso deste projeto, as prostitutas do Mangue. A opção é, portanto, a de entender como estas mulheres vivenciaram a efervescência desse contexto histórico, característica que possibilitou um afloramento maior de posicionamentos públicos acerca da prostituição e da condição feminina.

Resgatar a memória do Mangue é trazer à tona a história das mulheres que continuaram a trabalhar no baixo meretrício apesar do constante controle policial e dos discursos morais sobre a prostituição. Esse resgate, contudo, dar-se-á a partir de uma perspectiva que as compreenda em uma suas múltiplas relações, sobretudo a interação entre homens e mulheres neste espaço, sintonizado com os estudos em História de Gêneros.

Quanto à posição do Estado com relação às meretrizes, é importante que sejam mapeadas as medidas adotadas pelo Estado para amparar as meretrizes que perderam seus locais de trabalho – ou moradia, identificando a posição do Estado com relação à presença de prostitutas a partir dos discursos pronunciados.

Em resumo, um trabalho como esse poderá revelar como o processo que levou às obras de modernização da Cidade Nova contribuiu para o fim das atividades de prostituição na Zona do Mangue, do ativo comércio que a abastecia, revelando, nesse sentido, os diversos atores sociais que consumiam e viviam aquela realidade.

⁵² CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, p. 43-63.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Paulo Cesar de. Eu não sou cachorro não. 7ªed. Rio de Janeiro: Record, 2010. 462p.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. Roberto Carlos em detalhes. São Paulo: Planeta, 2006. 450p.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-42. O Brasil Republicano v.4.

CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. 396p.

CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 9, p. 43-63. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg9-4.pdf Acesso em: 15/08/2012.

CHARTIER, Roger. "Diferença entre os sexos e dominação simbólica". *Cadernos Pagu*, Campinas, SP: Ed. da Unicamp, n. 4, p. 37-47, 1995. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000129 Acesso em: 30/09/2012.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 212p.

FERNANDES, Florestan. Consciência negra e transformação da realidade. Brasília: Câmara

dos Deputados, Coordenação de Publicação, 1994. 16 p.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos. O breve século XX, 1914-1991. 2ªed. 32ªreimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

LEGARDINIER, Claudine. Prostituição I. In: HIRATA, Helena; *Et. Al.*(orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 198-203.

LEITE, Juçara Luzia. República do Mangue: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954-1974). São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2005. 138p.

MENEZES, Lená Medeiros. Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MORAES, Aparecida Fonseca. Mulheres da Vila. Prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 283p.

PEREIRA, Armando. Prostituição: uma visão global. Rio de Janeiro: Pallas, 1976. 180p.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato uma experiência. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, n.4, p. 9-28, 1995. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50915 Acesso em: 28/09/2012.

PERROT, Michelle. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena; *Et. Al.*(orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 111-116.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena; *Et. Al.*(orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 203-208.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar**

e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 207-241. O Brasil Republicano v.4.

RAGO, Margareth, Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 133-166. O Brasil Republicano v.4.

SCHETTINI, Cristiana. “Que tenhas teu corpo”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 264p.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-282. O Brasil Republicano v.4.

SIMÕES, Soraya Silveira. Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói, RJ: EdUFF, 2010. 178p.

SOARES, Luis Carlos. Rameiras, Ilhoas e Polacas... A Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX, São Paulo, Ática, 1992.

SOIHET, Raquel. História das mulheres (entrevista). Revista de História do corpo discente da UFBA, v. 3, nº1 (2011), p. 120-124. Disponível em: http://www.revistahistoria.ufba.br/2011_1/e01.pdf. Acesso em: 25/09/2012.

THOMPSON, Edward P. “Introdução” In **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 13-24

THOMPSON, Edward P. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII” In **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Pp. 150-202

TILLY, Louise A. Gênero, História das mulheres e História Social. Cadernos Pagu, Campinas, SP: Ed. da Unicamp, n. 3, p. 29-62, 1994. **Disponível em:** www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/.../pagu03.03.pdf Acesso em: 14/04/2012.

Fontes

Inauguração do Centro Administrativo São Sebastião, 20/01/1982, fita nº 416, lado B. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **Disponível em:** http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/fitas_cassete/10_inauguracoes_e_reformas.pdf Acesso em: 25/10/2012.

Jornais, todos consultados no Acervo da Biblioteca Nacional, setor de periódicos.

Correio da Manhã, 06 de Abril de 1969, p.6. “Polícia acha filha de criação que matou polonesa”.

Diário Carioca, 29 de dezembro de 1960, p.10.

Diário de Notícias, 11 de dezembro de 1970, p. 13. “Despejadas 300 mulheres: o bem e o mal do fim do Manguê em demolição”.

Diário de Notícias, 01 de Abril de 1971, p. 13. “Ladras presas deram estouro no comércio”.

Última Hora, 14 de Janeiro de 1960, p.2. “Dois homicídios na Zona do Manguê”

Última Hora, 18 de janeiro de 1960, p. 21. “Seu, Chefe?”.

Última Hora, 05 de dezembro de 1960, p.2. “Metralhado “Citroen” Negro”.

Última Hora, 09 de dezembro de 1963, p.2. “Anormal morto no Manguê”.

Revista *Veja*, 04 de novembro de 1970. p. 38-40. “As amadoras”.

